

# TERRAS PÚBLICAS

Moradores fazem barricadas para não perder casas construídas em Área de Proteção Permanente de Águas Claras e são dispersados com gás lacrimogênio. Liminar do TJ garante permanência de cinco famílias

Kleber Lima

DF - Águas Claras



A AUXILIAR DE ENFERMAGEM SÔNIA DE PAULA DEITOU NO CHÃO EMPOEIRADO PARA EVITAR O AVANÇO DOS FISCAIS, PROTEGIDOS PELA BARREIRA POLICIAL DO BOPE: OPERAÇÃO CHEGOU AO FIM E NENHUMA CASA FOI DERRUBADA

# Resistência a pau, pedra e fogo

JOÃO RAFAEL TORRES  
DA EQUIPE DO CORREIO

Muito tumulto e pouca ação. Esse foi o resultado da operação do Siv-Água que tinha como objetivo derrubar sete casas na Colônia Agrícola Águas Claras, próximo ao Guará II. Depois de oito horas de impasse, que incluiu pedradas em tratores, reforço do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) e pelo menos cinco bombas de efeito moral, os fiscais deixaram o local sem fazer nenhuma derrubada. Liminar expedida no começo da noite assegura o direito de permanência para cinco moradores. Os fiscais prometem continuar a operação hoje.

A confusão começou por volta das 10h, com a chegada dos fis-

cais do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação dos Mananciais do Distrito Federal (Siv-Água). Cerca de 80 moradores já esperavam a equipe com uma barricada de pneus queimados, para impedir o acesso dos tratores à chácara 32, onde seria feita a derrubada.

Quando perceberam a resistência dos moradores, os fiscais resolveram pedir reforço policial. Primeiro, vieram homens da cavalaria, que chegaram a avançar contra a corrente humana. Líderes comunitários tentavam prorrogar a entrada dos tratores até que conseguissem uma liminar que suspendesse a operação. Por volta do meio-dia, 25 soldados do Bope foram chamados para facilitar o acesso à chácara.

A auxiliar de enfermagem Sônia de Paula, 27 anos, se deitou

no chão para evitar o avanço dos fiscais. Só se levantou quando pelo menos cinco bombas de efeito moral foram detonadas pelo Bope. A fumaça branca fez com que todos se dispersassem. Um fotógrafo da equipe do Correio e uma repórter do jornal Tribuna do Brasil precisaram ser hospitalizados por causa dos efeitos das bombas.

Depois de entrar na chácara, os fiscais pararam para o almoço. Retornaram depois das 15h. Para evitar a derrubada, os moradores de uma casa jogaram pedras contra o trator. Quando viu que homens da Belacap retiravam o gramado de outra casa, o construtor Petrônio Pereira, 48 anos, subiu numa das máquinas para interromper o serviço. "Isso já é demais. Precisam respeitar quem está dentro das casas."

Apenas muros e cercas foram derrubados. O fornecimento de água e energia elétrica foi interrompido, para forçar os moradores a sair. Técnicos da CEB retiraram os postes de iluminação pública. Quando um deles foi puxado pelo guincho, uma comprovação da vulnerabilidade da região: a base do poste molhada denunciou a presença de um veio de água.

## Processo judicial

A liminar foi expedida pelo juiz Fernando Habibe Pereira, da 6ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF, no começo da noite. No documento, a pedido de cinco dos sete moradores da chácara, o juiz garante a suspensão de demolições nas casas até que o processo judicial seja concluído.

De acordo com o coordenador

de operações do Siv-Água, major José Carlos Casado, as casas foram construídas dentro de Área de Preservação Permanente (APP). "Demos um prazo para que desocupassem a área. Agora, temos que agir." A lei manda que moradores que devastam APPs se responsabilizem pela recuperação da área e paguem multa, que varia de R\$ 1 mil a R\$ 2 milhões.

Em junho, os fiscais deram um prazo de 20 dias para a desocupação. Na sexta-feira, os moradores protocolaram um termo de compromisso de recuperação da área no gabinete do governador Joaquim Roriz. Segunda-feira, o documento foi protocolado no Siv-Água.

Elton Gomes da Silva, líder dos moradores, explicou que um pesquisador foi contratado para avaliar a permanência das casas no

local. "Não queremos que o meio ambiente seja afetado. Mas não podemos perder investimentos de uma vida com um trator", justificou. Responsável pela avaliação, o botânico José Elias de Paula, professor da Universidade de Brasília, disse que não há restrições para que as casas fiquem numa área de preservação, desde que respeitem os limites para as nascentes. "É isso que estamos avaliando. Queremos saber exatamente onde estão as nascentes para mapear a região."

Para o Siv-Água, não existem dúvidas de que os moradores precisam sair. Segundo ele, o estudo foi conclusivo. "Vamos recomeçar o trabalho amanhã (já), com as casas não protegidas pela liminar."

COLABOROU SINVAL NETO